NITERÓI
PREFEITURA

PROVA C

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE GUARDA CIVIL MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE NITERÓI-RJ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA – EDITAL Nº 001/2019

Duração: 5h

Leia atentamente as instruções abaixo:

01 Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este Caderno, com 100 (cem) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, conforme distribuição abaixo:

LÍNGUA PORTUGUESA	CONHECIMENTOS BÁSICOS DE DIREITO	CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA	CONHECIMENTOS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI
01 a 30	31 a 80	81 a 90	91 a 100

b) Um Cartão de Respostas destinado às respostas das questões objetivas.

02 Verifique se este material está em ordem e se o seu nome, número de inscrição e letra da prova conferem com os que aparecem no Cartão de Respostas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal.

03 Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do Cartão de Respostas, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta.

04 No Cartão de Respostas, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra correspondente ao número da questão e preenchendo todo o espaço interno, com caneta esferográfica de tinta na cor azul ou preta, de forma contínua e densa.

Exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

05 Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar uma alternativa. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06 Somente depois de decorridos sessenta minutos do início da prova, o candidato poderá entregar seu Cartão de Respostas, seu Caderno de Questões e retirar-se da sala de prova. O candidato que insistir em sair da sala de prova, descumprindo o aqui disposto, deverá assinar o Termo de Ocorrência declarando sua desistência do Concurso, que será lavrado pelo Coordenador do Local.

07 Ao candidato, será permitido levar seu **CADERNO DE QUESTÕES** faltando no máximo uma hora para o término da prova e desde que permaneça em sala até esse momento.

08 Não será permitida a cópia de gabarito no local de prova. Ao terminar a prova de Conhecimentos, o candidato entregará, obrigatoriamente, ao fiscal de sala, o seu **CARTÃO DE RESPOSTAS** e o seu **CADERNO DE QUESTÕES**, ressalvado o estabelecido no item 7.

09 Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu Cartão de Respostas. Os rascunhos e as marcações assinaladas no Caderno de Questões não serão levados em consideração.

10 Os 3 (três) últimos candidatos permanecerão sentados até que todos concluam a prova ou que termine o seu tempo de duração, devendo assinar a ata de sala e retirar-se juntos.

Transcreva a frase abaixo para o quadro "Exame Grafotécnico" do seu Cartão de Respostas

"A segurança é um direito social do cidadão!"

Selecon

LÍNGUA PORTUGUESA

Com base no Texto I, responda às questões de 1 a 10.

Texto I

... e cheio de perigos virtuais

E tal como no mundo real, no qual há aquelas pessoas mal-intencionadas, a internet também possui perigos e exige precauções. No mundo real, usamos diversos tipos delas. Instalamos fechaduras nas portas das nossas casas e carros e as trancamos para ter maior segurança pessoal e dos nossos bens. Usamos cortinas nas nossas janelas para, além da claridade, ter mais privacidade em relação a vizinhos e pedestres. Não saímos por aí contando para qualquer desconhecido como foi aquela aventura amorosa ou quais são os hábitos dos nossos familiares. E ainda evitamos que nossos filhos tenham contatos com pessoas que não conhecemos sem a nossa presença ou de alguém da nossa confiança.

Do mesmo modo, também devemos nos proteger e ser precavidos no mundo virtual. E isso vale para empresas e governos. Com o progressivo crescimento da digitalização dos negócios, tornou-se mais frequente a ocorrência de crimes e golpes virtuais. E os seus tipos são tão variados quanto a criatividade humana permite, indo desde roubo de informações sensíveis (políticas, estratégicas, segredos industriais etc.), sequestro de dados, controle remoto de dispositivos pessoais para finalidades ilegais…

BRASIL, país digital
(Extraído de: brasilpaisdigital.com.br/seguranca-e-cidadania-no-mundo-digital). Adaptado

1. No primeiro parágrafo, a frase "No mundo real, usamos diversos tipos delas" estabelece com as frases seguintes uma relação que pode ser resumida, respectivamente, pelo seguinte par de palavras:

A) tese/antítese
B) causa/consequência
C) afirmação/exemplificação
D) restrição/generalização
E) motivação/finalidade

2. No primeiro parágrafo, o emprego da primeira pessoa do plural sugere a seguinte ideia:

A) o trecho contém um mero relato memorialístico do autor
B) as ações descritas podem ser efetuadas por qualquer leitor
C) a descrição manifesta intertextualidade com a ficção científica
D) a publicidade do serviço requer proximidade com o público
E) os elementos revelam a intimidade de cotidiano do autor

3. No segundo parágrafo, o emprego dos parênteses tem o objetivo de:

A) retificar uma afirmação feita
B) apresentar uma concessão
C) desdobrar expressão anterior
D) fornecer dados contraditórios
E) introduzir a fonte dos dados

4. A palavra "saímos" é acentuada por:

A) terminar em s
B) conter vogal tônica i em hiato
C) marcar ocorrência de paroxítona
D) apresentar um vocábulo dissílabo
E) indicar ditongo crescente

5. "E os seus tipos são **tão** variados **quanto** a criatividade humana permite". Os elementos destacados marcam relação de:

A) retificação
B) comparação
C) condição
D) assunto
E) meio

Observe a seguinte frase do primeiro parágrafo do Texto I e responda às questões 6 e 7.

> "Usamos cortinas nas nossas janelas para, além da claridade, ter mais privacidade em relação a vizinhos e pedestres."

6. Reescrevendo o trecho "ter mais privacidade em relação a vizinhos e pedestres", o emprego do acento grave é obrigatório em:

A) ter mais privacidade em relação à circunstâncias específicas
B) ter mais privacidade em relação à suas próprias convicções
C) ter mais privacidade em relação à seus amigos mais próximos
D) ter mais privacidade em relação às opiniões menos agradáveis
E) ter mais privacidade em relação à leis e normas complementares

7. A expressão "além da" indica valor de:

A) acréscimo
B) oposição
C) conclusão
D) alternativa
E) consequência

Com base no seguinte período do primeiro parágrafo do Texto I, responda às questões 8 e 9.

> "E ainda evitamos que nossos filhos tenham contatos com pessoas que não conhecemos sem a nossa presença ou de alguém da nossa confiança."

8. A palavra "que" é empregada, no trecho, respectivamente, como:

A) preposição / substantivo
B) conjunção / pronome
C) pronome / advérbio
D) interjeição / conjunção
E) substantivo / advérbio

9. O trecho "que não conhecemos sem a nossa presença ou de alguém da nossa confiança" tem o papel de:

A) rever uma informação
B) discutir uma premissa
C) apresentar uma condição
D) restringir um termo anterior
E) enfatizar expressão já apresentada

10. Em "Do **mesmo** modo, também devemos nos proteger e ser precavidos no mundo virtual", a palavra "mesmo" é variável em gênero e número. Nas frases abaixo, a palavra "mesmo" é variável, **EXCETO** em:

A) Esse mapa é o mesmo que já foi exposto em exames anteriores.
B) O cidadão sabe mesmo quais são seus direitos e seus deveres.
C) É possível refazer o pedido do cliente dentro do mesmo prazo.
D) O mesmo livro poderá ser usado mais de uma vez pelos alunos.
E) O autor mesmo sugere rever suas afirmações anteriores.

Com base no Texto II, responda às questões de 11 a 16.

Texto II

Envelhecimento e proteção social (fragmento)

A satisfação das necessidades individuais dos homens e mulheres idosas representa um dos grandes desafios da agenda pública, pois supõe considerar as especificidades de cada gênero. Nessa direção, com a conquista da longevidade, sobressai em todo o mundo o processo de feminização do envelhecimento, uma vez que as mulheres constituem a maioria da população idosa em todas as regiões do mundo.

As condições estruturais e econômicas são responsáveis pelas desigualdades entre os sexos, implicando situações que alteram inclusive as condições de renda, saúde e a própria dinâmica familiar e impactando as demandas por políticas públicas e prestação de serviços de proteção social (Berzins, 2003, p. 28). De acordo com a autora, viver mais não tem sido necessariamente sinônimo de viver melhor. As mulheres, apesar de mais longevas, acumulam desvantagens (violências, discriminações, salários inferiores aos dos homens e dupla jornada de trabalho, além da solidão).

Maria do Rosário Fátima e Silva
(Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 126, p. 215-234, maio/ago. 2016)

11. A compreensão adequada do primeiro parágrafo requer o reconhecimento da seguinte informação pressuposta:

A) Os homens têm menos necessidades específicas na velhice.
B) Em geral, as mulheres vivem por mais tempo do que os homens.
C) É inadequado que políticas públicas considerem a diferença de gênero.
D) O acesso desigual ao mercado de trabalho interfere na qualidade de vida.
E) As políticas públicas são dispensáveis na promoção do cuidado na velhice.

12. No segundo parágrafo, uma estratégia argumentativa utilizada para sustentar a discussão é:

A) argumento de autoridade
B) exemplo individual
C) raciocínio hipotético
D) estrutura concessiva
E) círculo vicioso

13. A contradição apresentada no segundo parágrafo pode ser resumida pelo seguinte par de palavras:

A) trabalho/lazer
B) risco/proteção
C) quantidade/qualidade
D) longevidade/sexualidade
E) moral/material

14. Em "Nessa direção, com a conquista da longevidade", a palavra "com" expressa o mesmo valor semântico observado no conectivo destacado em:

A) Ainda que as dificuldades cotidianas sejam cotidianas grandes, é possível superar o obstáculo estrutural.
B) A condição de vida da população melhora, à proporção que os investimentos são aplicados.
C) As pessoas têm vivido melhor o envelhecimento, apesar de a rede de atendimento ter sofrido perdas significativas.
D) A mídia vem divulgando uma visão positiva sobre a terceira idade, já que essa população é economicamente ativa.
E) O avanço científico possibilitou incrementos nos níveis de saúde, desse modo a população idosa tem ganhado visibilidade.

15. No segundo parágrafo, o verbo "alterar" encontra-se no plural por concordar com:

A) "condições"
B) "responsáveis"
C) "desigualdades"
D) "sexos"
E) "situações"

16. Assinale a alternativa que **NÃO** apresenta uma palavra acentuada por classificar-se como proparoxítona:

A) pública
B) gênero
C) econômicas
D) responsáveis
E) dinâmicas

Com base no Texto III, responda às questões de 17 a 30.

Texto III

A violência que bate à porta (fragmento)

Segundo dados do Relatório Mundial 2019, divulgados recentemente pela ONG Human Rights Watch, 64 mil homicídios aconteceram no Brasil em 2017. São dois mil a mais que em 2016. Este crescimento não foi freado em 2018, pelo contrário. Os dados já apresentados por Ongs e Instituições mostram que o número de assassinatos segue crescendo a passos largos. O crime, cada vez mais, sai da marginalidade e assola toda a sociedade, sem distinguir classes sociais. Estados pararam nos últimos meses (Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Ceará, e por aí vai) na mão de criminosos e a população se vê à mercê desta realidade que bate à porta.

O retrato atual é esse e os noticiários teimam em nos lembrar que o filho morto hoje pode ser o nosso amanhã. Esta sensação de insegurança aumenta a busca por segurança privada. A Pesquisa Nacional sobre Segurança Eletrônica, realizada pela Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança (Abese), afirma que houve um crescimento nas residências que investiram em sistemas de segurança nos últimos 12 meses.

Mas quem deve cuidar da segurança do cidadão? E quem não tem dinheiro para investir em sistemas? É protegido por quem?

Os sistemas privados de segurança servem para inibir a ação de criminosos, mas isto não pode ser a única solução. O Estado precisa ser cobrado e deve agir. Para deter o crime organizado, é necessário muito mais esforço público do que portões e muros altos.

Marco Antônio Barbosa
Hoje em Dia, 01/03/2019
(Extraído e adaptado de: hojeemdia.com.br/opinião)

17. No título, o autor emprega uma expressão coloquial que reforça a seguinte informação apresentada no texto:

A) o avanço tecnológico será a única alternativa no impedimento da invasão residencial
B) o investimento em políticas públicas cresceu substancialmente no último período
C) a opção por sistemas de segurança restringe-se a uma escolha individual
D) os sistemas de segurança atuais são infalíveis na proteção de domicílios
E) a ocorrência de homicídio tem impactado diferentes grupos sociais

18. No primeiro parágrafo, a ideia principal é fundamentada em:

A) menção a dados de levantamentos diversos
B) relato de uma experiência particular do autor
C) narrativa histórica obtida em fontes primárias
D) sequência de afirmações de caráter falacioso
E) descrições de posições antagônicas

Observe a seguinte frase do primeiro parágrafo e responda às questões 19, 20 e 21:

> "Segundo dados do Relatório Mundial 2019, divulgados recentemente pela ONG Human Rights Watch, 64 mil homicídios aconteceram no Brasil em 2017."

19. No trecho, a palavra "segundo" pode ser substituída por:

A) ainda que
B) conforme
C) conquanto
D) mesmo com
E) apesar de

20. O trecho em destaque assume, na frase, a função de:

A) generalizar
B) justificar
C) retificar
D) contrapor
E) especificar

21. O trecho "divulgados recentemente pela ONG Human Rights Watch" pode ser corretamente reescrito da seguinte forma:

A) com que seriam divulgados recentemente pela ONG Human Rights Watch
B) os quais foram divulgados recentemente pela ONG Human Rights Watch
C) por que serão divulgados recentemente pela ONG Human Rights Watch
D) de que são divulgados recentemente pela ONG Human Rights Watch
E) a que são divulgados recentemente pela ONG Human Rights Watch

22. No terceiro parágrafo, as perguntas do autor contêm o seguinte subentendido:

A) a sensação de insegurança contribui com o aumento dos assassinatos
B) a abolição da segurança privada deve ser defendida pelos governantes
C) o aparecimento de novos recursos de segurança impediu mais proteção
D) o acesso à proteção de segurança privada é economicamente desigual
E) as pessoas estão habituadas à circulação em locais sem proteção adequada

23. Em "São dois mil a mais que em 2016", termos da frase anterior são omitidos. A frase em que um desses termos está corretamente apresentado é:

A) Pessoas são dois mil a mais que em 2016
B) São dois mil relatórios a mais que em 2016
C) São dois mil a mais que aconteceram em 2016
D) São dois mil a mais que casos em 2016
E) São dois mil em 2015 a mais que em 2016

24. "O retrato atual é esse e os noticiários teimam em nos lembrar que o filho morto hoje pode ser o nosso amanhã. Esta sensação de insegurança aumenta a busca por segurança privada" (2º parágrafo).

O conectivo que marca a relação estabelecida entre as duas frases acima, mantendo o sentido original da frase, é:

A) desde que
B) tanto que
C) ao passo que
D) contanto que
E) à medida que

25. Em "sem distinguir classes sociais", a expressão sublinhada está corretamente substituída por um pronome em:

A) sem as distinguir
B) sem distinguir-nas
C) sem distinguir-lhes
D) sem lhes distinguir
E) sem os distinguir

26. Em "O retrato atual é esse e os noticiários teimam em nos lembrar que o filho morto hoje pode ser o nosso amanhã", a palavra destacada é sinônimo de:

A) prescindir
B) renunciar
C) rejeitar
D) insistir
E) negar

27. A palavra "cidadão" apresenta sua forma no plural com a mesma terminação de:

A) escrivão
B) capitão
C) eleição
D) cordão
E) mão

28. A palavra "desvantagens" apresenta o mesmo processo de formação que:

A) envelhecimento
B) necessariamente
C) feminização
D) prestação
E) sobressai

29. Em "à mercê desta realidade..." (1º parágrafo), a expressão destacada pode ser substituída, mantendo o sentido global da frase, por:

A) orientada por esta
B) articulada com esta
C) interessada nesta
D) em vista desta
E) sujeita a esta

30. Na frase "Para deter o crime organizado, é necessário muito mais esforço público do que portões e muros altos" (4º parágrafo), o emprego da vírgula se justifica por:

A) introduzir expressão com valor explicativo
B) separar uma oração subordinada anteposta
C) delimitar uma expressão de natureza temporal
D) estabelecer fronteira entre orações coordenadas
E) marcar a existência de termo de natureza resumitiva

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE DIREITO

31. Construir uma sociedade livre, justa e solidária, garantir o desenvolvimento nacional, erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais e promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação constituem-se, com base no atual texto da Constituição Federal/88, em:

A) objetivos próprios da organização político-administrativa do Estado
B) objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil
C) princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil

(Continuação da questão 31)

D) princípios da República Federativa do Brasil que visam à integração econômica, política, social e cultural dos povos da América do Norte
E) princípios da República Federativa do Brasil que visam à integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, com vistas à formação de uma comunidade latino-americana de nações

32. À luz da atual Constituição Federal brasileira, os direitos e garantias fundamentais configuram-se como verdadeiros pilares da igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Nessa linha, em matéria de direitos e deveres fundamentais, certo é que:

A) a manifestação do pensamento é livre, sendo permitido o anonimato
B) ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei
C) ninguém será submetido a tortura nem a tratamento desumano ou degradante, salvo em virtude de lei
D) é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, independentemente das qualificações profissionais que a lei estabelecer
E) a liberdade de consciência e de crença é inviolável, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, independentemente da forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias

33. A Constituição Federal brasileira em vigor elenca inúmeros direitos sociais que visam a melhoria da condição social dos trabalhadores urbanos e rurais. Nesse passo, configuram-se como direitos sociais desses trabalhadores:

A) o seguro-desemprego, em caso de desemprego involuntário
B) garantia de salário, nunca inferior ao mínimo, salvo para os que percebem remuneração variável
C) piso salarial independentemente da proporcionalidade aplicável à extensão e à complexidade do trabalho
D) irredutibilidade do salário em qualquer hipótese, independentemente de disposto em convenção ou acordo coletivo
E) o salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, dentre outras, sendo possível sua vinculação para qualquer fim, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo

34. Quanto à organização político-administrativa do Estado prevista na Constituição Federal de 1988 e suas atualizações, pode-se afirmar que:

A) a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios serão feitas por lei federal, dentro do período determinado por Lei Ordinária, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei
B) os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei ordinária
C) a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende somente os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos dessa Constituição
D) a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende somente a União, Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos dessa Constituição
E) os Territórios Federais integram a União e sua criação, transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar

35. Segundo a Constituição Federal de 1988 e suas atualizações, a proteção à infância e à juventude e a organização, garantias, direitos e deveres das polícias civis são duas matérias afetas à competência legislativa concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. Nessa linha, vale afirmar que:

A) no âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais
B) a competência da União para legislar sobre normas gerais exclui a competência suplementar dos Estados
C) a superveniência de lei federal sobre normas gerais não suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrária
D) no âmbito da legislação concorrente, a União não dispõe de competência para estabelecer normas gerais, salvo em estado de sítio
E) inexistindo lei federal sobre normas gerais, é vedado aos Estados exercerem a competência legislativa plena, mesmo visando atender suas peculiaridades

36. Com base no ordenamento jurídico constitucional em vigor, é matéria relativa à competência dos Municípios:

A) legislar sobre assuntos de interesse distrital, estadual e local
B) promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora exclusivamente estaduais
C) prestar, com a cooperação técnica e financeira exclusiva do Estado, serviços de atendimento à saúde da população
D) promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano
E) instituir e arrecadar os tributos da competência dos Estados, Distrito Federal e da sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei

37. A escola Municipal X, dispondo de escassos recursos financeiros, solicitou, mediante procedimento administrativo próprio aberto junto à sua Municipalidade, que fosse realizada prestação de serviços de instalação e melhoria da sua ultrapassada fiação e cabeamento elétricos, com o escopo tanto de modernizar seu sistema de refrigeração mantido em salas de aula, como para uso de diversos equipamentos eletrônicos, tais como computadores etc.

Após dois anos, aproximadamente, a escola Municipal X ainda aguarda por uma resposta e por uma solução adequada para o aludido pleito que poderia ter sido atendido, haja vista que a Secretaria de Educação do Município X dispõe de dotação de verba orçamentária própria e de recursos financeiros para arcar com essa despesa pública. À luz do exposto, a Administração Pública Municipal, ao deixar de atender, em tempo hábil, o referido pedido não atendeu ao princípio constitucional da:

A) moralidade
B) legalidade
C) impessoalidade
D) publicidade
E) eficiência

38. Tertius, servidor público municipal concursado desde 2012 em cargo de nível superior, ocupou por cerca de 6 (seis) meses um cargo comissionado, na qualidade de assessor do Secretário de Obras do Município Y, sem qualquer restrição prevista em lei. Todavia, logo após esse período de 6 (seis) meses, o servidor em pauta foi exonerado do cargo em comissão, com base nos procedimentos legais aplicáveis à espécie. Nesse caso, Tertius não se conformou com o ocorrido, pois alega o seu direito de permanência no mencionado cargo de provimento comissionado.

Isto posto, o inconformismo de Tertius:

A) tem amparo legal, pois adquiriu o direito à estabilidade, em virtude do exercício do cargo comissionado
B) tem amparo legal, pois adquiriu o direito à vitaliciedade, em virtude do exercício do cargo comissionado
C) tem amparo legal, pois ao acumular os dois cargos, adquiriu o direito a ser exonerado somente em virtude de sentença judicial transitada em julgado
D) não tem amparo legal, visto que em nenhuma hipótese poderia ter ocupado o referido cargo comissionado
E) não tem amparo legal, visto que poderia ter sido dispensado *ad nutum*

39. Participam do Conselho de Defesa Nacional: o Vice-Presidente da República, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Presidente do Senado Federal, o Ministro da Justiça, o Ministro de Estado da Defesa, o Ministro das Relações Exteriores, o Ministro do Planejamento e os Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Como órgão afeto ao Presidente da República nos assuntos relacionados com a soberania nacional e a defesa do Estado democrático, destacam-se, com base no ordenamento jurídico constitucional em vigor, dentre outras, as seguintes competências desse Conselho:

A) propor os critérios e condições de utilização de áreas prescindíveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo; estudar, propor e acompanhar o desenvolvimento de iniciativas necessárias para garantir a independência dos estados e dos municípios e a defesa do Estado democrático
B) declarar guerra e celebrar a paz, nos termos da Constituição Federal/1988; decretar o estado de defesa, o estado de sítio e de intervenção federal e propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional e opinar sobre seu efetivo uso, especialmente na faixa de fronteira e nas relacionadas com a preservação e a exploração dos recursos naturais de qualquer tipo

(Continuação da questão 39)

C) opinar nas hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos da Constituição Federal/1988; opinar sobre a decretação do estado de defesa, do estado de sítio e da intervenção federal; propor os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional
D) estabelecer as hipóteses de declaração de guerra e de celebração da paz, nos termos da Constituição Federal/1998; decretar o estado de defesa, o estado de sítio e a intervenção federal; estabelecer os critérios e condições de utilização de áreas indispensáveis à segurança do território nacional
E) declarar guerra e celebrar paz, nos termos da Constituição Federal/1988; decretar o estado de defesa, o estado de sítio e de intervenção federal; estabelecer os critérios e condições de utilização de áreas prescindíveis à segurança do território nacional

40. A segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, segundo preceitua o *caput* do art. 144 da Constituição Federal de 1988. Em outras palavras, a questão da ordem pública não se restringe apenas às polícias, mas depende da colaboração e da integração de toda a sociedade. Nesse passo, a Constituição Federal em vigor estabelece que a organização da segurança pública, obrigatoriamente, é exercida por meio dos seguintes órgãos:

A) polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares e guardas municipais
B) Tribunal Desportivo, Tribunal Marítimo e Tribunais Federais, Estaduais e Municipais
C) Ministério Público Federal e Estadual, Tribunal Desportivo, Tribunal Marítimo e Tribunais Federais, Estaduais e Municipais
D) polícia federal, polícia rodoviária federal, polícia ferroviária federal, polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares
E) Tribunal Desportivo, Tribunal Marítimo e Tribunais Federais e Estaduais

41. À luz da atual Constituição Federal de 1988, compete ao Conselho da República pronunciar-se sobre intervenção federal, estado de defesa e estado de sítio e, ainda, sobre as questões relevantes para a estabilidade das instituições democráticas. Com isso, participam desse Conselho o Vice-Presidente da República; o Presidente da Câmara dos Deputados; o Presidente do Senado Federal; os líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados; os líderes da maioria e da minoria no Senado Federal; o Ministro da Justiça e ainda:

A) três cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de dois anos, vedada sua recondução
B) três cidadãos brasileiros natos, com mais de quarenta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de dois anos, vedada sua recondução
C) quatro cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de dois anos, vedada sua recondução
D) cinco cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de um ano, vedada sua recondução
E) seis cidadãos brasileiros natos, com mais de trinta e cinco anos de idade, sendo dois nomeados pelo Presidente da República, dois eleitos pelo Senado Federal e dois eleitos pela Câmara dos Deputados, todos com mandato de três anos, vedada sua recondução

42. Tecius, na qualidade de policial militar do Estado X, com base na Lei nº Y, alega judicialmente, em face do Estado X, que o soldo pago pelo respectivo Estado é menor que o valor do salário mínimo, razão pela qual se questiona a inconstitucionalidade dessa Lei.

Após determinado período processual, houve decisão judicial na qual foi determinada a impossibilidade de se vincular o soldo VRB (Vencimento Básico de Referência) ao salário mínimo vigente na época, sendo certo que a referida Lei nº Y estabelece como soldo o valor mínimo de R$ 300,00. Essa mesma lei deixa claro que soldo e vencimentos são distintos, ou seja, a garantia do valor

(Continuação da questão 42)

mínimo refere-se apenas ao soldo e não à remuneração global do funcionário. Também, em relação à situação posta em debate, o julgador se baseou na existência da Lei Complementar nº Z, que desvinculou quaisquer vantagens remuneratórias, parcelas ou acréscimos pecuniários ao soldo. Nesse caso, à luz das normas constitucionais em vigor, a referida decisão judicial:

A) deve ser mantida, em razão de a lei estabelecer os casos de contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público
B) deve ser mantida, em razão de ser vedada a vinculação ou equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público
C) deve ser mantida, em razão de a investidura em cargo ou emprego público depender de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei
D) não deve ser mantida, em razão de ser possível a vinculação ou a equiparação de quaisquer espécies remuneratórias para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público
E) não deve ser mantida, em razão da não observância dos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência

43. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90) forem ameaçados ou violados:

A) por ação da sociedade ou do Estado, ressalvada as hipóteses de omissão da sociedade e do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta
B) por ação da sociedade ou do Estado, ressalvada as hipóteses de omissão da sociedade e do Estado, por exclusiva omissão dos pais ou responsável e em razão de sua conduta
C) por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta
D) por exclusiva omissão do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta
E) por exclusiva ação do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável e em razão de sua conduta

44. Nas medidas de proteção à criança e ao adolescente, segundo a Lei nº 8069/90, levar-se-ão em conta as necessidades pedagógicas, com ênfase ao fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários. Nessa linha de entendimento, a aplicação dessas medidas tem como base, dentre outros princípios:

A) a responsabilidade subsidiária do poder público, que é a plena efetivação dos direitos assegurados a crianças e a adolescentes pela Lei nº 8069/90 e pela Constituição Federal em vigor, salvo nos casos por esta expressamente ressalvados
B) a intervenção precoce em que a intervenção das autoridades competentes deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida, e a intervenção mínima, que deve ser exercida exclusivamente pelas autoridades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do adolescente
C) a obrigatoriedade da informação à criança e ao adolescente, independentemente do seu estágio de desenvolvimento e da sua capacidade de compreensão, sendo facultado informar aos seus pais ou ao responsável dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e a forma como esta se processa
D) a não obrigatoriedade da oitiva e de participação em que a criança e o adolescente, em separado ou na companhia dos pais, de responsável ou de pessoa por si indicada, bem como os seus pais ou responsável, podem ser ouvidos e podem participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção, podendo ser considerada a sua opinião pela autoridade judiciária competente
E) proporcionalidade e atualidade quando a intervenção é facultativa e adequada à situação de perigo em que a criança ou o adolescente se encontram no momento em que a decisão é tomada

45. O pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, mediante citação ou meio equivalente, a defesa técnica por advogado, a assistência judiciária gratuita e integral aos necessitados na forma da lei, o direito de ser ouvido pessoalmente pela autoridade competente etc. amoldam-se à luz da Lei nº 8069/90 como hipóteses de:

A) medidas socioeducativas aplicáveis aos adolescentes
B) medidas pertinentes aos pais e responsável
C) liberdade assistida aos adolescentes
D) garantias processuais do adolescente
E) garantias de acolhimento familiar

46. Os Municípios, através das Secretarias Municipais de Assistência Social, ou afins, têm a autonomia para executar Planos Municipais de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC e de Liberdade Assistida – LA, voltados para recuperação de adolescentes enquadrados como infratores à luz da Lei nº 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA). Nesse passo, a aplicação, pela autoridade competente, de Prestação de Serviço à Comunidade – PSC ou de Liberdade Assistida a um infrator adolescente constitui-se, com base no respectivo ECA, como modalidade de:

A) medida socioeducativa
B) prestação de serviço forçado
C) internação em estabelecimento educacional
D) obrigação de reparar o dano moral e material a ser indenizado
E) inserção em regime de pena privativa de liberdade em regime fechado

47. É considerado crime previsto pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8069/90):

A) vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente arma, munição ou explosivo
B) anunciar peças teatrais, filmes ou quaisquer representações ou espetáculos, com indicação dos limites de idade a que se recomendem
C) vender, fornecer, servir, ministrar ou entregar, ainda que gratuitamente, de qualquer forma, a criança ou a adolescente, sucos e outros produtos cujos componentes não possam causar dependência física ou psíquica
D) vender, fornecer ainda que gratuitamente ou entregar, de qualquer forma, a criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício de reduzido potencial incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida
E) transmitir, através de rádio ou televisão, espetáculo com classificação indicativa

48. O ato administrativo forma-se pela conjugação de certos elementos que devem observar ditames legais para a produção dos efeitos jurídicos válidos. Nessa trilha, um desses elementos que compõem o ato administrativo pertinente a exteriorizar a vontade do representante do poder público a quem o texto legal assegura determinadas atribuições que o habilitam a editar, nos limites da lei, atos administrativos afigura-se como sendo:

A) o fim
B) o objeto
C) a forma
D) o motivo
E) o agente competente

49. Uma vez constatada ilegalidade, certo é que o ato administrativo pode ser desfeito pelo próprio Poder que o editou ou, ainda, por força de determinação judicial. Nesse caso, o desfazimento desse ato ocorre por meio da:

A) revogação
B) anulação
C) cassação
D) conversão
E) convalidação

50. O Estatuto dos Servidores Civis Federais (Lei nº 8.112/90), em seu art. 143, *caput*, dispõe que "a autoridade que tiver ciência de irregularidade no serviço público é obrigada a promover a sua apuração imediata, mediante sindicância (...), assegurada ao acusado ampla defesa". À vista disso, essa norma jurídica, que impõe à autoridade administrativa o dever de apurar eventual irregularidade, inclusive com a possibilidade de rever atos administrativos praticados pelos seus subordinados, tem como fundamento o poder:

A) regulamentar
B) discricionário
C) hierárquico
D) temporal
E) formal

51. Na hipótese de existir uma relação de causa e de efeito entre a ação e a omissão administrativa e o dano sofrido por determinada vítima, configurar-se-á o chamado nexo causal. Assim, em sendo comprovada a existência do respectivo nexo de causalidade, tem-se que, para fins de ressarcimento integral do dano pelo Estado, independe a existência ou não de dolo ou de culpa do agente e a licitude ou ilicitude da conduta praticada pelo agente causador desse dano. Nesse caso, conclui-se que o Estado responderá por tais danos:

A) objetivamente
B) subjetivamente
C) subsidiariamente
D) apenas parcialmente
E) apenas de forma excludente

52. A Lei nº 8.429/1992, e suas alterações, ao tratar do ato de improbidade decorrente de concessão ou de aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário, aplica ao responsável, sem prejuízo das sanções penais, civis e administrativas previstas na legislação específica, as seguintes penas, que podem ser a ele imputadas isolada ou cumulativamente, de acordo com a gravidade do fato:

(Continuação da questão 52)

A) perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos e multa civil de até duas vezes o valor do benefício financeiro ou tributário
B) perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de cinco a oito anos e multa civil de até três vezes o valor do benefício financeiro ou tributário
C) ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de quatro a oito anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do dano e estipulação de dano moral e/ou material a critério do julgador
D) ressarcimento integral do dano, se houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos, pagamento de multa civil de até duzentas vezes o valor da remuneração percebida pelo agente e estipulação de dano moral e/ou material a critério do julgador
E) perda dos bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio, ressarcimento integral do dano, quando houver, perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a doze anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial

53. Xisto, na condição de sócio fundador, com poderes de gestão de uma empresa que explora o ramo de papelaria para venda de materiais escolares e para escritório, ajusta com Sólon, servidor público de Município Y, a prática de fraude em um processo de compra (de licitação pública) iniciado pela respectiva Municipalidade. A finalidade é para que a empresa de Xisto seja contratada para fornecimento de materiais de uso administrativo, tais como canetas, diversos tamanhos de papel para impressão, dentre outros materiais, por um preço total muito além dos preços praticados pelo mercado local. À luz da Lei nº 8.429/92, Lei de Improbidade Administrativa, constata-se que, nesse caso:

A) Xisto e Sólon responderão pelo referido ato de improbidade administrativa
B) somente Xisto responderá pelo referido ato de improbidade administrativa
C) somente Sólon responderá pelo referido ato de improbidade administrativa
D) Xisto e Sólon não responderão pelo referido ato de improbidade administrativa
E) Sólon responderá pelo referido ato de improbidade administrativa e Xisto somente responderá na hipótese de ausência da responsabilidade de Sólon

54. Leônidas, há cinco anos ininterruptos, é professor concursado do Município X e do Estado Y, tendo graduação em curso superior de Letras. Assim, ele leciona, na qualidade de professor de Língua Portuguesa, para duas turmas do 8º e 9º anos do Ensino Fundamental II, durante a manhã, junto à determinada escola municipal. Na rede pública do Estado, exerce suas funções, como Professor de Literatura, para uma turma do 2º ano do Ensino Médio de certa escola estadual.
Isto posto, aplica-se, à luz do ordenamento jurídico em vigor, em relação ao caso hipotético acima descrito, que:

A) é vedada a acumulução remunerada dos cargos públicos, exceto para dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, ainda que as profissões não estejam regulamentadas
B) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto para os ocupantes de cargos e/ou funções em empresas públicas e/ou em sociedades de economia mista, e suas subsidiárias
C) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto a de um cargo de professor com outro técnico ou científico
D) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto a de dois cargos de professor com outro técnico ou científico
E) é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto para a de dois cargos de professor, quando houver compatibilidade de horários

55. De acordo com o atual texto constitucional, certo é que a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de provas e títulos, não se aplicando essa norma jurídica para:

A) a Administração Pública Indireta
B) a Administração Pública Direta
C) os cargos de Provimento Efetivo
D) os cargos de Provimento em Comissão
E) os cargos de Provimento Celetista

56. F. é sócio de sociedade que explora a venda de bebidas alcoólicas e não alcoólicas, tendo ocorrido desordem no seu interior, o que levou à aplicação de multa. Caso ocorra reincidência nos termos do Código de Posturas do Município de Niterói, a licença para funcionamento poderá ser:

A) cassada
B) trancada
C) suspensa
D) postergada
E) paralisada

57. Patuscada foi preso em flagrante, processado e sentenciado pelo cometimento de determinado crime. No curso da execução da pena, surgiu a lei X que deixou de considerar como crime a conduta que redundou na sua condenação. Nesse caso, de acordo com as normas da parte geral do Código Penal, ocorreu a:

A) superação dos fatos
B) anistia pessoal
C) tipificação posterior
D) inovação para pior
E) abolição do crime

58. A aeronave Tropicália é de propriedade da União e está sobrevoando país estrangeiro quando Joecy, passageiro da aeronave, é acusado de cometer crime culposo durante o voo. Nesse caso, de acordo com a parte geral do Código Penal, é correto afirmar:

A) Aplica-se a lei estrangeira do local de sobrevoo.
B) A aeronave é considerada extensão do território nacional brasileiro.
C) A tipificação de crimes culposos não se aplica a sobrevoos.
D) Caberá ao Estado brasileiro decidir qual lei será aplicada.
E) A aplicação da lei cabível dependerá de tratados internacionais.

59. O cidadão XT participa de ato de introdução de substância narcótica em estabelecimento prisional. A substância veio a ser interceptada por autoridades policiais que desconfiaram da atitude de XT. Nesse caso, de acordo com a parte geral do Código Penal, ocorreu a denominada:

A) realização
B) punibilidade
C) tentativa
D) consumação
E) reiteração

60. Potêncio pratica o furto de diversos bens valiosos que retirou da residência de Ana. Após dois anos do evento ilícito, no curso das investigações policiais, a vítima recebe os seus bens de volta com um bilhete pedindo desculpas pelo evento ilícito ocorrido. De acordo com a parte geral do Código Penal, o enunciado caracterizaria:

A) o perdão incondicional
B) a desistência voluntária
C) a apropriação temporária
D) o arrependimento posterior
E) a atividade de uso

61. Paul Polônio é motorista profissional e apreciador das corridas de alta velocidade. Conduzindo seu próprio automóvel, tem o hábito de reunir-se com amigos para realizar corridas ilícitas em vias públicas conhecidas como "rachas". Em um desses eventos, uma das pessoas presentes vem a ser atingida pelo veículo conduzido por Paul, vindo a falecer. Nesse caso, aplicando-se a parte geral do Código Penal e adequada interpretação jurisprudencial, o crime ocorrido deve ser caracterizado como doloso:

A) direto
B) aberto
C) presente
D) negligente
E) eventual

62. Perpétuo, agente fiscal do município XXT, desvia, em proveito próprio, os valores decorrentes do pagamento do IPTU sob sua responsabilidade. Nesse caso, de acordo com as regras pertinentes aos crimes praticados contra a Administração Pública previstos no Código Penal ocorre, em tese, o crime de:

A) corrupção
B) peculato
C) exação
D) falsidade
E) prevaricação

63. Príncipe é acusado de ter cometido infração de menor potencial ofensivo e o seu caso é remetido ao Juizado Especial Criminal competente para julgar a infração. Determinada a citação do acusado, este não foi encontrado. Nesse caso, de acordo com as regras pertinentes aos Juizados Especiais Criminais:

A) o processo será extinto
B) o Ministério Público decidirá
C) ocorrerá a suspensão do processo
D) serão encaminhadas as peças ao juízo comum
E) as peças serão remetidas para a Defensoria

64. O guarda municipal MM foi convocado para resolver conflito ocorrido na praia de IP Real. Lá chegando, verifica que o evento traduz infração de menor potencial ofensivo e imediatamente aciona os órgãos policiais competentes. Nos termos da Lei dos Juizados Especiais Criminais, a autoridade policial deverá lavrar:

A) multa
B) auto
C) termo
D) processo
E) certidão

65. Ennecerus recebe proposta do Ministério Público que atua nos Juizados Especiais Criminais de aplicação imediata de pena restritiva de direitos. Consultado seu advogado, a proposta vem a ser aceita e a pena vem a ser aplicada pelo juiz. Nesse caso, de acordo com a Lei dos Juizados Especiais, o mesmo benefício não poderá ser deferido no prazo de:

A) um ano
B) dois anos
C) três anos
D) quatro anos
E) cinco anos

66. Proximus é habilitado para conduzir veículos automotores e pretende realizar uma viagem de lazer ao município H, distante cerca de duzentos quilômetros do seu ponto de partida. Constata, porém, que seu tanque de combustível estava preenchido pela metade do total possível.

Nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, Proximus, como condutor, deve verificar a existência de combustível suficiente para chegar ao:

A) meio da viagem
B) local de destino
C) ponto determinado de parada
D) posto de combustível credenciado
E) primeiro posto de abastecimento

67. Formidável pretende viajar com a família para uma estância hidromineral buscando gozar uma semana de repouso em local tranquilo. Seguindo as regras legais, procura saber como se comportar na condução do seu veículo no caminho para o local marcado. Um dos itens que tomou cuidado foi com a utilização dos faróis. Nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, o condutor manterá acesos os faróis do veículo utilizando:

A) luz alta nos túneis providos de iluminação pública durante o dia
B) luz alta nas rodovias durante a noite independentemente do nível de iluminação na via
C) luz no pisca-alerta durante todo o percurso em direção ao local desejado
D) luz baixa nas rodovias durante o dia independentemente do nível de iluminação na via
E) luz intermitente em caso de pouca iluminação na via

68. Paulo conduz seu irmão Pedro para o aeroporto e, ao chegar na área destinada ao desembarque, necessita sair do veículo para auxiliar seu irmão no translado das malas. No caso de desembarque, segundo o Código de Trânsito Brasileiro:

A) o passageiro deve realizar o desembarque no lado da calçada
B) o condutor deve descer no lado da calçada quando estiver chovendo
C) o passageiro pode descer ou não do lado da calçada
D) o passageiro deve decidir na hora do desembarque se desce do lado da calçada
E) o condutor deve buscar a autoridade de trânsito para definir o lado da calçada

69. Creonte deseja utilizar mais comumente a sua motoneta que ganhou de presente de natal. Além da habilitação específica, Creonte deve observar, na condução de sua motoneta, segundo o Código de Trânsito Brasileiro, que é necessário:

A) usar calçados leves
B) acessar velocidade ilimitada
C) segurar o guidom com as duas mãos
D) vestir-se de acordo com a temperatura
E) usar carro lateral de apoio

70. R. pretende levar alguns animais que integram o seu rebanho de bovinos pela rodovia T em direção a uma fazenda próxima. Nesse caso, segundo o Código de Trânsito Brasileiro, os animais só poderão circular:

A) acompanhados de autoridades de trânsito
B) com certificados de propriedade
C) devidamente identificados
D) em grupos de dez animais
E) conduzidos por um guia

71. Bianca é responsável pelo departamento de propaganda da sociedade empresária XS, que atua na indústria automobilística. Nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, no setor automobilístico, a divulgação de produto nos meios de comunicação social incluirá, obrigatoriamente, a veiculação conjunta de mensagem:

A) de otimismo
B) de notícias
C) de incentivo aos esportes
D) educativa de trânsito
E) em prol dos carentes sociais

72. Laura está conduzindo seu veículo automotor em via urbana quando é surpreendida por retenção no trânsito. No local, existe variada sinalização, inclusive luminosa. Em determinado momento, a condutora do veículo avista uma autoridade de trânsito que faz gestos de desvio do tráfego. Nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, tem prevalência:

A) os sinais luminosos
B) as sirenes dos prédios
C) as indicações verticais
D) os semáforos ligados
E) as ordens do agente de trânsito

73. Basel está organizando sua microempresa de prestação de serviços e busca adquirir ou alugar veículos de cargas e de passageiros. Nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, é considerado veículo de carga:

A) bonde
B) ônibus
C) automóvel
D) bicicleta
E) carro de mão

74. Amanda conduz seu automóvel para a inspeção veicular determinada pelas regras de trânsito. Na inspeção, o veículo foi reprovado na inspeção de segurança e na de emissão de gases poluentes e ruído. Nesse caso, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro, ocorrerá:

A) nova reavaliação
B) retenção do veículo
C) advertência verbal
D) outorga de prazo para regularização
E) convocação do fornecedor automobilístico

75. Érica é próspera fazendeira e pretende adquirir novo trator para utilizar na sua propriedade rural, mas, eventualmente, alugá-lo para outras propriedades próximas. Isso induz à necessidade de transitar em vias públicas. Nesse caso, o Código de Trânsito Brasileiro determina que o registro do trator será único, sem ônus, em cadastro específico do:

A) Ministério dos Transportes, Interior e Viação Rural
B) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
C) órgão do sistema geral de registros viários urbano e rural
D) sistema de consumidores urbanos e do campo administrado pelo órgão competente
E) Sindicato dos Produtores Rurais e Sistema Nacional de Veículos de Tração

76. O guarda municipal Dom é reconhecido publicamente por suas qualidades morais e é indicado para receber esse reconhecimento em solenidade. Nos termos do Estatuto da Guarda Civil Municipal de Niterói, o sistema de recompensas abrange:

A) doações
B) elogios
C) licenças
D) adicionais
E) gratificações

77. Nos termos da lei que estabelece o plano de carreira e remuneração dos servidores da Guarda Civil Municipal de Niterói, a atribuição para reportar infrações disciplinares, de que se tenha conhecimento, praticadas por servidores não integrantes da Guarda Civil Municipal às autoridades administrativas competentes é do:

A) Inspetor Geral
B) Corregedor
C) Coordenador
D) Supervisor
E) Comandante

78. P. é guarda municipal e pretende aderir ao Regime Adicional de Serviço para profissionais da Guarda Civil Municipal de Niterói. Ao aderir, nos termos da lei municipal de regência, terá direito à percepção de gratificação:

A) especial de controle
B) disciplinar própria
C) de encargos especiais
D) extraordinária horária
E) temporária de trabalho

79. Bel é ativista do movimento ambiental de proteção aos municípios e realiza pesquisa sobre a organização normativa do município de Niterói e sua efetividade. Nos termos do Código Ambiental de Niterói, o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade, é denominado:

A) ecossistema
B) local de manejo
C) território livre
D) zona de amortecimento
E) área de preservação

80. Bibi é moradora de Niterói e cria um cão de pequeno porte no seu imóvel, uma vez que o condomínio admite a presença de animais. Ao adentrar uma repartição pública do município, é informada que a entrada de seu animal de estimação não é permitida. Nos termos do Código de Posturas do Município de Niterói, existe permissão para o acesso às repartições públicas aos cães:

(Continuação da questão 80)

A) adestrados para a condução de pessoas com deficiência visual
B) educados para a convivência com pessoas em ambientes de trabalho
C) de raça,com *pedigree* devidamente comprovado por entidade certificadora
D) de pequeno porte, de acordo com lista autorizada pelo Prefeito
E) que sejam comprovadamente portadores de doença que impeçam sua permanência sozinhos

CONHECIMENTOS BÁSICOS DE INFORMÁTICA

81. A criptografia é considerada a ciência e a arte de escrever mensagens em forma cifrada ou em código, constituindo um dos principais mecanismos de segurança que se pode usar para se proteger dos riscos associados ao uso da internet. De acordo com o tipo de chave usada, os métodos criptográficos podem ser subdivididos em duas grandes categorias, descritas a seguir.

(1) Utiliza uma mesma chave tanto para codificar como para decodificar informações, sendo usada principalmente para garantir a confidencialidade dos dados. Casos nos quais a informação é codificada e decodificada por uma mesma pessoa, não há necessidade de compartilhamento da chave secreta. Entretanto, quando estas operações envolvem pessoas ou equipamentos diferentes, é necessário que a chave secreta seja previamente combinada por meio de um canal de comunicação seguro (para não comprometer a confidencialidade da chave). Exemplos de métodos criptográficos que usam chave simétrica são: AES, Blowfish, RC4, 3DES e IDEA.

(2) Utiliza duas chaves distintas: uma pública, que pode ser livremente divulgada, e uma privada, que deve ser mantida em segredo por seu dono. Quando uma informação é codificada com uma das chaves, somente a outra chave do par pode decodificá-la. Qual chave usar para codificar depende da proteção que se deseja, se confidencialidade ou autenticação, integridade e não repúdio. A chave privada pode ser armazenada de diferentes maneiras, como um arquivo no computador, um *smartcard* ou um *token*. Exemplos de métodos criptográficos que usam chaves assimétricas são: RSA, DSA, ECC e Diffie-Hellman.

Os métodos descritos em (1) e em (2) são denominados, respectivamente, criptografia de chave:

A) direta e indireta
B) digital e analógica
C) *hashing* e *hamming*
D) reservada e secreta
E) simétrica e assimétrica

82. No que diz respeito à catalogação das mídias digitais, um agente da Guarda Civil Municipal está trabalhando na organização de documentos e, para isso, precisa conhecer os formatos padronizados. Neste contexto, são exemplos de formatos de áudio, de vídeo, de imagem vetorial e de imagem matricial, respectivamente:

A) MP3, MP4, CDR e JPG
B) PDF, VOD, SCR e PNG
C) BMP, WMF, MP3 e PDF
D) JPG, SCR, BMP e MP4
E) PNG, CDR, WMF e VOD

83. Um Guarda Civil Municipal de Niterói está trabalhando em um microcomputador, gerenciado pelo Windows 10 BR. Nesse contexto, ele executou os procedimentos listados a seguir.

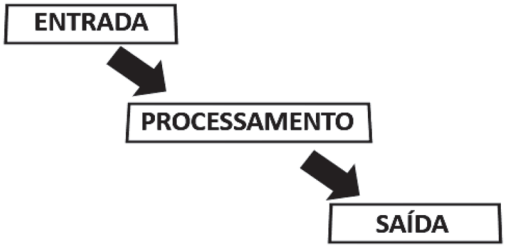
(1) Executou um atalho de teclado para mostrar na tela o ambiente gráfico do explorador de arquivos.

(2) No explorador, selecionou a pasta C:/AUTUAÇÕES. Em seguida, executou outro atalho de teclado para selecionar todos os arquivos armazenados nessa pasta.

Os atalhos de teclado em (1) e em (2) são, respectivamente:

A) Tecla do logotipo do Windows + E e Ctrl + T
B) Tecla do logotipo do Windows + E e Ctrl + A
C) Tecla do logotipo do Windows + E e Ctrl + P
D) Ctrl + E e Tecla do logotipo do Windows + A
E) Ctrl + E e Tecla do logotipo do Windows + T

84. Em Informática, o processamento de dados pode ser visualizado de acordo com o diagrama de blocos da figura a seguir.



Entre os componentes de *hardware* utilizados na configuração dos microcomputadores e *notebooks*, existem dispositivos que funcionam exclusivamente na entrada, empregados na obtenção dos dados a serem processados pela CPU. Dois exemplos desses dispositivos são:

A) *plotter* e *mouse*
B) *mouse* e *pendrive*
C) *pendrive* e *scanner*
D) *scanner* e teclado
E) teclado e *plotter*

85. Observe o texto abaixo, digitado por um funcionário da Guarda Civil Municipal de Niterói no editor Writer da suíte LibreOffice 6.0.

Novembro Azul

A campanha Novembro Azul, criada em prol da conscientização, em especial aos homens, a respeito de doenças masculinas, com ênfase na prevenção e no diagnóstico precoce do câncer de próstata, foi realizada pela primeira vez em 2018 na Cidade da Ordem Pública, no Barreto, para guardas civis municipais de Niterói e outras guardas do Estado. O seminário de curta duração, com palestras e oficinas, foi realizado com apoio da Prefeitura de Niterói, Guarda Civil Municipal, ASSIC (Associação dos Inspetores, Subinspetores e Coordenadores da Guarda Civil Municipal de Niterói/RJ), COPOD (Coordenadoria de Políticas Públicas sobre Drogas de Niterói), CHN (Complexo Hospitalar de Niterói), ESBE (Espaço Saúde e Bem-Estar), entre outros.

Ao texto, foram aplicados os recursos descritos a seguir.

• O título Novembro Azul foi criado por meio de um recurso do editor.

• Ao texto, inicialmente à esquerda, foi aplicado o alinhamento centralizado, conforme mostrado na figura, o que pode ser realizado por meio da execução de um atalho de teclado ou do acionamento de um ícone.

O recurso, o atalho de teclado e o ícone são, respectivamente:

A) Fontwork, Ctrl + C e
B) Fontwork, Ctrl + C e
C) Fontwork, Ctrl + E e
D) WordArt, Ctrl + E e
E) WordArt, Ctrl + C e

86. As planilhas mostradas nas figuras (a) e (b) abaixo foram criadas no Excel 2016 BR.

(a)

GUARDA MUNICIPAL DE NITERÓI 2019

PLANILHA GMN1

#	Descrição	Qt	FORNECEDOR GLOBAL	FORNECEDOR INFOR	FORNECEDOR MAXIM	MENOR COTAÇÃO	VALOR TOTAL	FORNECEDOR VENCEDOR
1	HD SATA 1TB	5	R$399,00	R$299,00	R$319,00	R$299,00	R$1.495,00	INFOR
2	MULTIFUNCIONAL	2	R$997,00	R$999,00	R$998,00	R$997,00	R$1.994,00	GLOBAL
3	PENDRIVE 16 GB	20	R$63,00	R$51,00	R$37,00	R$37,00	R$37,00	MAXIM
						TOTAL	R$3.526,00	

GMN1 GMN2

(b)

GUARDA MUNICIPAL DE NITERÓI 2019

PLANILHA GMN2

VALOR TRASNPORTADO DA CÉLULA H11 DA PLANILHA GMN1 = R$3.526,00

GMN1 GMN2

Nas planilhas, foram adotados os procedimentos descritos a seguir.

• Na célula G8 de GMN1, foi inserida uma expressão usando a função MENOR, que determina o menor valor entre todos em D8, E8 e F8. Em seguida, a expressão em G8 foi copiada para G9 e G10.

• Na célula I8 de GMN1, foi inserida uma expressão usando a função SE para mostrar o fornecedor que venceu a licitação para o item em B8, com base na menor cotação em G8 e usando o conceito de referência absoluta. Procedimento semelhante foi utilizado em I9 e em I10.

• Para finalizar, o valor mostrado em H11 de GMN1 foi transportado para a célula G7 de GMN2, usando uma expressão do Excel.

Nessas condições, as expressões inseridas em I10 e G8 da planilha GMN1 e em G7 da planilha GMN2 são, respectivamente:

A) =SE(G10=D10;D7;SE(G10=E10;E7;F7)), =MENOR(D8:F8;1) e ='GMN1'!H11
B) =SE(G10=D10;D7;SE(G10=E10;E7;F7)), =MENOR(D8:F8) e ='GMN1'#H11
C) =SE(G10=D10;&D&7;SE(G10=E10;&E&7;&F&7)), =MENOR(D8:F8;1) e ='GMN1'#H11
D) =SE(G10=D10;&D&7;SE(G10=E10;&E&7;&F&7)), =MENOR(D8:F8) e ='GMN1'!H11
E) =SE(G10=D10;D7;SE(G10=E10;E7;F7)), =MENOR(D8:F8;1) e ='GMN1'#H11

87. Um Guarda Civil Municipal de Niterói criou uma apresentação de *slides* no Powerpoint 2013 BR. Para verificar o trabalho realizado, ele pode fazer a exibição dos *slides* de dois modos:

(1) a partir do primeiro *slide* da apresentação, por meio do acionamento de uma tecla de função e

(2) a partir do *slide* atual e editado em um determinado instante, por meio da execução de um atalho de teclado.

Tanto no Powerpoint 2013 BR como no Impress da suíte LibreOffice 6.0, a tecla de função e o atalho de teclado são, respectivamente:

A) F6 e Shift + F6
B) F6 e Ctrl + F6
C) F5 e Alt + F5
D) F5 e Ctrl + F5
E) F5 e Shift + F5

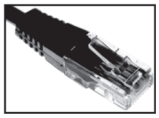
88. A rede de computadores do Espaço Administrativo tem as seguintes características:

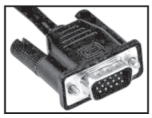
(1) suporta a implementação cabeada por meio de cabo UTP e conector RJ45, usando uma topologia física que tem como vantagem possibilitar a comunicação entre as máquinas conectadas, mesmo que uma delas esteja inativa;

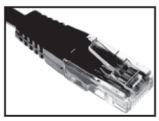
(2) suporta a tecnologia *wireless* por meio do emprego de um roteador padrão IEEE-802.11/n, que possui um serviço com configuração habilitada para atribuir endereços IP aos dispositivos conectados de forma dinâmica.

A figura que identifica o conector RJ45, a denominação da topologia utilizada em (1) e a sigla empregada para o serviço configurado em (2) são, respectivamente:

A) , estrela e DNS

B)  , estrela e DHCP

C)  , estrela e DHCP

D)  , anel e DNS

E) , anel e DHCP

89. Atualmente, para bem usar os recursos dos *browsers*, é imprescindível que as pessoas conheçam os detalhes técnicos desses programas para navegar com eficácia e eficiência pelos *sites* na internet. Nesse contexto, com o objetivo de "personalizar e controlar o Google Chrome" e acessar a janela de Configurações, deve-se acionar nesse *browser*, por meio do *mouse*, o ícone:

A)

B)

C)

D)

E)

90. Atualmente, um internauta que exerce a função de Guarda Civil Municipal da Prefeitura de Niterói deve se preocupar com os aspectos de segurança da informação na internet, particularmente pela ocorrência de fraudes. Uma delas ocorre quando um golpista tenta obter dados pessoais e financeiros de um usuário, pela utilização combinada de meios técnicos e engenharia social, conforme o exemplo a seguir.

(1) Tentam se passar pela comunicação oficial de uma instituição conhecida, como um banco, uma empresa ou um *site* popular.

(2) Procuram atrair a atenção do usuário, seja por curiosidade, por caridade ou pela possibilidade de obter alguma vantagem financeira.

(3) Informam que a não execução dos procedimentos descritos pode acarretar sérias consequências, como a inscrição em serviços de proteção ao crédito e o cancelamento de um cadastro, de uma conta bancária ou de um cartão de crédito.

A fraude descrita é conhecida como:

A) *worming*
B) *cooking*
C) *hoaxing*
D) *phishing*
E) *spoofing*

CONHECIMENTOS DO MUNICÍPIO DE NITERÓI

91. Em 1835, Niterói tornou-se a capital da Província do Rio de Janeiro, recebendo o título de Cidade Imperial em 1841. Após a Proclamação da República, a Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ constatou um movimento político em prol da mudança da capital para o interior. Esse movimento expressou a defesa de diferentes interesses locais e regionais. A ALERJ se posicionou e, em 1893, aprovou um projeto de lei de transferência da capital do estado. De acordo com o projeto aprovado, a capital deveria ser transferida para a cidade de:

A) Campos
B) Nova Friburgo
C) Teresópolis
D) Petrópolis
E) Vassouras

92. Niterói voltou a ser capital do estado do Rio de Janeiro pela lei estadual nº. 542, de 04/08/1902. Tal fato fez com que a cidade, de 1903 a 1906, passasse por um processo de modernização urbana: calçamento de ruas, restauração da Câmara Municipal, criação do Horto Municipal, inauguração do Teatro João Caetano e instalação da luz elétrica, entre outras ações que demarcaram a instituição de uma nova administração pública na capital do estado.

O prefeito que realizou esse processo de modernização foi:

A) Pereira Passos
B) Amaral Peixoto
C) Martim Afonso de Souza
D) Nilo Peçanha
E) Feliciano Sodré

93. De acordo com os dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira – INEP, de 2014/2015, os índices de evasão escolar na rede pública de ensino de Niterói foram de 13,9% no último ano do ensino fundamental e, no ensino médio, de 13% no primeiro ano e de 11,5% no segundo ano.

A Prefeitura de Niterói criou estratégias para estimular a frequência e a permanência de adolescentes e jovens nas escolas. São estratégias que visam a diminuição do índice de evasão e contribuem para os esforços municipais de redução da violência e de pacificação social porque possibilitam aos jovens os princípios de uma educação:

A) exclusiva e tecnicista
B) unicista e qualitativa
C) especial e quantitativa
D) diretiva e conclusiva
E) inclusiva e equitativa

94. Em 2018, a Prefeitura Municipal de Niterói elaborou o Pacto Niterói Contra a Violência, no qual se encontram propostas voltadas para a população em situação de vulnerabilidade social. Entre os projetos do Pacto Niterói Contra a Violência, apresenta-se descrito corretamente:

A) Escola da Família - programa de incentivo à sustentabilidade com plantio de mudas em comunidades
B) Poupança Escola - cursos para mães e pais no pré-natal pela equipe de Atenção Básica à Saúde
C) Niterói pelo Eco Social - ação de municipalização e reforma dos CIEPs que estão/estavam abandonados para incentivo do retorno de adolescentes e jovens à escola
D) Banco de Oportunidades - ação de mobilização da sociedade e do setor empresarial do município para abertura de oportunidades para jovens em situação de vulnerabilidade social
E) Espaços Nova Geração - programa de incentivo ao aumento da escolaridade e retorno à sala de aula para adolescentes, jovens e adultos em situação plena de vulnerabilidade social

95. O Museu de Arte Contemporânea – MAC, criado por Oscar Niemeyer, se tornou um símbolo da cidade. Com reconhecimento nacional e internacional pela sua bela e inusitada forma arquitetônica, o MAC foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN.

O IPHAN, em 1938, registrou o tombamento de uma edificação, construída em 1769, no período do Brasil colonial, que está entre os dez bens tombados pelo orgão e faz parte da identidade da cidade. Essa edificação é:

A) a estátua do índio Arariboia
B) a Igreja de São Lourenço dos Índios
C) o Palácio Euclides da Cunha
D) o Paço Municipal de Niterói
E) o Campo de São Bento (Parque Prefeito Ferraz)

96. Em 2016, segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Niterói possuía uma frota total de 261.748 veículos. Esta frota compunha-se por diferentes tipos de veículos; os automóveis e as motocicletas formavam as maiores parcelas da frota. O veículo que formava a terceira maior parcela da frota foi o do seguinte tipo:

A) camioneta
B) motoneta
C) ônibus
D) caminhão
E) caminhonete

97. De acordo com os dados divulgados pela Fundação CEPERJ, referentes ao período de 2010 a 2015, no *ranking* dos maiores ganhos de participação no Produto Interno Bruto (PIB) estadual, Niterói classificou-se em 4º lugar, registrando uma elevação de ganhos de produção de 0,30 pontos percentuais. Esta elevação se efetivou, principalmente, devido ao crescimento de atividades:

A) agrícolas, agronegócio e pequena produção, gerenciais e de venda municipal
B) profissionais, científicas e técnicas, administrativas e serviços complementares
C) bancárias, empréstimos e investimentos, serviços e aumento de taxas de clientes
D) marítimas, transporte de pessoas e produtos, carregamentos e pequenos serviços
E) industriais, de pequeno e médio porte, automotoras e montadoras terceirizadas

98. Para estabelecer o diálogo entre os gêneros junto à sociedade civil de Niterói, foi criado, pela administração pública, o Conselho Municipal de Políticas para Mulheres CMP-Mulher com a finalidade de elaborar políticas e programas visando a eliminação de todas as formas de discriminação contra a mulher e assegurar para as cidadãs melhores condições de vida, liberdade, igualdade de direitos e participação nas atividades políticas, econômicas, sociais e culturais. Por esta razão, é de responsabilidade do CMP-Mulher a seguinte atividade em relação ao enfrentamento da violência contra a mulher:

A) gerenciar o Disque Denúncia de violências à mulher
B) fiscalizar as políticas municipais de apoio à mulher
C) dialogar e orientar diretamente cada agressor preso
D) punir os casos de violência que sejam mais graves
E) treinar e avaliar a Guarda Civil Municipal feminina

99. Observe a tabela que demonstra o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal – IDHM Ajustado à Renda do Trabalho e seus componentes do perfil de Niterói, que faz a análise de dados de 2010 apresentada no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD Brasil.

IDHM E COMPONENTES	MULHER 2010	HOMEM 2010
IDHM Educação	**0,788**	**0,778**
% de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo	65,54	64,27
% de 18 a 20 anos com ensino médio completo	64,76	58,86
IDHM Longevidade	**0,922**	**0,770**
Esperança de vida ao nascer (tempo de vida em anos)	80,30	71,19
IDHM Ajustado Renda	**0,757**	**1,000**
Rendimento médio dos ocupados em reais - 18 anos ou mais	2.138,56	3.242,24

Fonte:
www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/niteroi_rj#desagregacao

A partir da leitura dos dados da tabela acima, é possível afirmar:

A) Os homens vivem menos porque sempre estudam muito e trabalham mais.
B) Existe uma diferença de dedicação significativa em tudo entre mulher e homem.
C) O estudo é o fator que explica a diferença entre as rendas de homem e de mulher.
D) As diferenças entre homem e mulher são pouco expressivas em todos os dados.
E) Verifica-se uma diferença considerável na renda média entre homens e mulheres.

100. A Niterói Transporte e Trânsito - NitTrans controla o sistema viário da cidade, em conformidade com as políticas públicas adotadas pelo Governo Municipal. A NitTrans é uma organização que tem como acionista majoritário o Município de Niterói por ser uma:

A) fundação pública de direito privado
B) sociedade de economia estatal
C) sociedade de economia mista
D) secretaria municipal da prefeitura
E) coordenação geral do Denatran

Este espaço só poderá ser utilizado para rascunho e não poderá ser destacado do Caderno de Questões.

RASCUNHO